



ACÓRDÃO Nº662/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº12374/2020.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Fundo Estadual de Recursos Hídricos – FERH/AM.
- 4- **Exercício:** 2019.
- 5- **Responsável:** Luis Henrique Piva (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Não possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMB.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 907/2023-DIMP, Dr. Ruy Marcelo Alencar de Mendonça, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Josué Cláudio de Souza Neto.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Fundo Estadual de Recursos Hídricos – FERH/AM. Exercício de 2019.

Regularidade com ressalvas. Multa. Determinação. Ciência.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 4, da Resolução n.04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas do Sr. Luis Henrique Piva, responsável pela Prestação de Contas Anual do Fundo Estadual de Recursos Hídricos – FERH/AM no exercício 2019;
- 10.2. **Aplicar Multa** ao **Sr. Luis Henrique Piva** no valor de **R\$ 1.706,80** (mil setecentos e seis reais e oitenta centavos) com base no artigo 308, VII, do Regimento Interno deste Tribunal (quando julgado contas regulares com ressalvas em que existam impropriedades ou faltas identificadas e consideradas insanadas) e fixar **prazo de 30 dias** para que o responsável recolha o valor da multa na esfera estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de dar avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea “a”, da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na



ACÓRDÃO Nº662/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

- 10.3. Aplicar Multa ao Sr. Eduardo Costa Taveira** no valor de **R\$1.706,80** (mil setecentos e seis reais e oitenta centavos) com base no artigo 308, VII, do Regimento Interno deste Tribunal (quando julgado contas regulares com ressalvas em que existam impropriedades ou faltas identificadas e consideradas insanadas) e fixar **prazo de 30 dias** para que o responsável recolha o valor da multa na esfera estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de dar avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;
- 10.4. Determinar** a adoção de providências imediatas e efetivas no sentido de se ampliar as receitas do fundo, para atendimento dos itens 1 e 2 da Diligência 132/2022-MP-RMAM, informando ao Ministério Público de Contas, quais foram essas providências;
- 10.5. Determinar** A imediata informação de quais foram os resultados efetivos do assunto tratado por intermédio Ofício nº Ofícios 1120/2022/GS/SEMA, datado de 06 de junho do corrente ano,



ACÓRDÃO Nº662/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

apresentado a SEFAZ, que buscou viabilizar recursos para irrigar o FERH e resultou na criação de grupo técnico de estudo;

10.6. Determinar A informação imediata de quais foram os resultados efetivos do assunto tratado por intermédio Ofício nº 1246/2022/GS/SEMA, datado de 21 de junho do corrente ano, apresentado ao IPAAM, que buscou viabilizar recursos para irrigar o FERH, oriundos da aplicação de multas, estabelecidas aos infratores da legislação sobre recursos hídricos, bem como apresente a estimativa desses valores;

10.7. Dar ciência ao Luis Henrique Piva e aos demais interessados

11- Ata: 11ª Sessão Ordinária– Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 10 de Abril de 2023

13- Especificação do quórum: Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente- não votou), Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello, Josué Cláudio de Souza Neto, Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado) e Alípio Reis Firmo Filho (Convocado).

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dra.Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Presidente

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA NETO
Conselheiro Relator

FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA
Procuradora-Geral